

PROJETO DE LEI N.º 2.784, DE 2023

(Do Sr. David Soares)

Altera o art. 290 da Lei 6.015 de 1973 para dispor sobre a isenção emolumentos pagos nos casos que especifica.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-7550/2017.

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI N°, de 2023 (Do Sr. DAVID SOARES)

Altera o art. 290 da Lei 6.015 de 1973 para dispor sobre a isenção emolumentos pagos nos casos que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

- **Art. 1º** Esta lei altera o art. 290 da Lei 6.015 de 1973 para dispor sobre a isenção emolumentos pagos nos casos que especifica.
- **Art. 2°** O art. 290 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:
- "Art. 290 Os emolumentos devidos pelos atos relacionados com a primeira aquisição imobiliária para fins residenciais serão reduzidos em:
- I 100% (cem por cento) quando financiada por programa social e o adquirente tiver renda de até 4 (quatro) vezes o salário mínimo;
- II 50% (cinquenta por cento) quando financiada pelo Sistema Financeiro da Habitação;

(...)

- § 6° Os emolumentos devidos pelos atos relativos a propriedades rurais de caráter familiar cujo faturamento anual seja de até R \$60.000,00 (sessenta mil reais) serão reduzidos em 100% (cem por cento).
- § 7° Os emolumentos devidos pelos atos relativos à transferência causa mortis para os herdeiros necessários de imóvel adquirido por programa social serão reduzidos em 100% (cem por cento)." (NR)
- **Art. 3º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.





Justificativa

A Constituição Federal dispõe em seu art. 236, § 2°, que a "lei federal estabelecerá normas gerais para fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro".

Em observância a esse mandamento constitucional, o Congresso Nacional elaborou a lei n° 10.169, de 29 de dezembro de 2000, que regula o § 2° do art. 236 da Constituição Federal, mediante o estabelecimento de normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro. Esse diploma legal, em seu art. 2°, estabelece que a lei, ao fixar o valor dos emolumentos, deverá levar em conta a natureza pública e o caráter social dos serviços notariais e de registro.

Assim, diante dos princípios que regem a matéria, é importante que a lei geral aponte várias situações que impliquem redução ou até mesmo isenção no pagamento de emolumentos devido aos cartórios.

Saliente-se que os valores cobrados referentes a título de custas e emolumentos são significativamente altos e comprometem grande parte da renda da população que recorre aos serviços cartoriais.

Ademais, vale ressaltar que, em razão de nossa cultura burocrática, a chancela cartorial está presente em muitos atos da vida cotidiana. O Cidadão frequentemente é obrigado a recorrer aos serviços dos notários e registradores para levar a cabo suas transações. Isso encarece muito os atos formais relativos a questões civis.

Portanto, há diversas situações em que o Estado deve intervir para que o caráter social dos serviços notariais e de registro seja observado.

- É, pois, nesse sentido que aponta a presente reforma. Em verdade a proposição elenca algumas situações em que os emolumentos devam ser reduzidos em 100% (cem por cento) de modo a atender os anseios de justiça social, quais sejam:
- 1)Os emolumentos devidos pelos atos relacionados com a primeira aquisição imobiliária para fins residenciais quando financiada por programa social e o adquirente tiver renda de até 4 (quatro) vezes o salário mínimo;
- 2)Os emolumentos devidos pelos atos relativos a propriedades rurais de caráter familiar cujo faturamento anual seja de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais); e
- 3)Os emolumentos devidos pelos atos relativos à transferência *causa mortis* para os herdeiros necessários de imóvel adquirido por programa social

Portanto, a finalidade da presente proposta é proteger o cidadão hipossuficiente diante dos altos valores cobrados pelos cartórios a título de emolumentos. Essas alterações representam medidas justas e facilitam o pleno exercício dos direitos do cidadão.



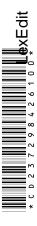


CÂMARA DOS DEPUTADOS Gabinete do Deputado Federal David Soares - União Brasil/SP

Isso posto, contamos com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 2023.

Deputado DAVID SOARES







CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973 Art. 290

 $\underline{https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1973-}$

1231;6015

FIM DO DOCUMENTO